

PROJETO DESPERTAR PELA LEITURA NO COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE FLORIANÓPOLIS-SC: ABORDAGENS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Vanessa Goes Denardi¹
Fernanda Aparecida Róhden²
Adailson Robalino Leal³
Nikolly Domingos Ambrózio⁴

Resumo: Este artigo tem como objetivo evidenciar o Projeto *Despertar pela Leitura*, realizado no Complexo Penitenciário de Florianópolis no Estado de Santa Catarina, apresentando suas contribuições, no que tange à importância do ato de ler para os(as) reeducandos(as), o papel da biblioteca e do(a) bibliotecário(a) e a função do professor como orientador de leitura e sua prática metodológica. Para isso, esta pesquisa bibliográfica apresenta uma breve revisão de leis e de documentos oficiais que regem o Projeto no Brasil e, mais especificamente, no Estado de Santa Catarina em consonância com os estudos de Michel de Certeau (1998), Paulo Freire (1986, 1989), e Silva e Araújo (2003) para o embasamento teórico deste artigo.

Palavras-chave: Despertar pela leitura; Educação em espaço de privação de liberdade; Formação de leitores; Remição pela leitura.

AWAKENING BY READING PROJECT IN THE PENITENTIARY OF FLORIANÓPOLIS-SC: THEORETICAL AND METHODOLOGICAL APPROACHES

Abstract: This article aims to highlight the *Awakening by Reading* Project, held in the Penitentiary Complex of Florianópolis in the State of Santa Catarina, presenting its contributions regarding the importance of reading for reeducators, the function of the library and the librarian, and the teacher's function as a reader guide and its methodological practice. For this, the bibliographic research presents a brief review of laws and official documents that underlie and govern the Program in Brazil and, more specifically, in the State of Santa Catarina, in agreement with the studies of Michel de Certeau (1998) Paulo Freire (1986, 1989), Silva & Araujo (2003) and other recognized researchers for the theoretical basis of this article.

Keywords: awakening by reading; education in the area of deprivation of liberty; training of readers; remission by reading.

¹ Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestre em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e licenciada em Letras. É professora na Faculdade Estácio de Sá – Florianópolis E-mail: goes_vanessa@hotmail.com

² Licenciada em Letras-Inglês e Literaturas correspondentes pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC e WSU-Wayne State University, Detroit-MI-EUA); bacharel e Tecnólogo em Informática e especialista em Estudos Avançados em Comunicação, Informação e Cultura pela Universidade do Contestado (UnC). É professora de Língua Inglesa e Literaturas da Secretaria de Educação de Santa Catarina - CEJA/Espaços de Privação de Liberdade. E-mail: fernandarohden@hotmail.com

³ Licenciado em Letras pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e especialista em Língua Portuguesa e Literatura pela Faculdade de Ciências de Wenceslau Braz (FACIBRA). É professor/orientador de leitura da Secretaria de Educação de Santa Catarina - CEJA/Espaços de Privação de Liberdade. E-mail: adailsonleall@bol.com.br

⁴ Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: nikolly_a@hotmail.com

Introdução

Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam.
(Paulo Freire)

A atuação do setor de educação e a execução de suas atividades pedagógicas no Complexo Penitenciário de Florianópolis foi legitimada pelo Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE/SC) no ano de 1987 e surgiu da necessidade de garantir o ensino sob a ótica do direito à educação com base na LDB 9.394/96 e, posteriormente, na Resolução Nacional n. 3 do CNE/2010 e n. 3 do CNE/2016, e na Resolução Estadual do CEE n. 110/2012.

A prática pedagógica no estabelecimento penal ocorre de forma presencial e é coordenada pelo Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) de Florianópolis/SC, vinculado à Secretaria Estadual de Educação. Em conformidade com a legislação, são ofertados todos os níveis da Educação Básica considerando os componentes curriculares obrigatórios com execuções diferenciadas por se tratar de um ambiente escolar singular.

Na prisão, as trocas de saberes e relações interpessoais requerem estratégias pedagógicas específicas ao aprendizado. O apenado encontra-se inserido em um ambiente social cujas normas e práticas estão fora do seu controle formal. Sua condição de cidadão e autonomia pessoal cessam parcialmente, passando de indivíduo a número, dentro de um sistema (SANTA CATARINA, 2017, p. 71).

No que se refere à instrução penitenciária, é possível afirmar que “a educação do detento é por parte (dever) do poder público, ao mesmo tempo uma precaução indispensável no interesse da sociedade e uma obrigação para com o detento” (FOUCAULT, 1987, p. 224). Nesse sentido, Vasquez (2011, p. 15) afirma que “o direito à educação é ratificado pela Lei de Execução Penal às pessoas que estão presas ou internadas em estabelecimentos penais”.

A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado; o ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa; o ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico; as atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados; em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros, instrutivos, recreativos e didáticos (BRASIL, 1984, Art. 17-21).

Conforme consta na Lei 12.433, de 29/06/2011, a qual altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (LEP - Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho, “o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou

semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena” (BRASIL, 2011, Art. 126):

I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias; II - 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho. § 2º As atividades de estudo a que se refere o § 1º deste artigo poderão ser desenvolvidas de forma presencial ou por metodologia de ensino a distância e deverão ser certificadas pelas autoridades educacionais competentes dos cursos frequentados (BRASIL, 2011, Art. 126).

Conforme Silva (2011, p. 81), “a remição da pena pelo estudo é uma das 94 ações previstas no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), anunciada pelo Ministério da Justiça em 20 de agosto de 2007”.

Nesse viés, como uma estratégia socioeducacional, o Estado de Santa Catarina voltou o seu olhar para projetos extracurriculares nos espaços de privação de liberdade e passou a cumprir as determinações nacionais sobre a remição de parte da pena por estudo ou trabalho (Lei nº 12.433, publicada em junho de 2011 e Resolução n. 4 de 30 de maio de 2016), criando o projeto piloto de remição da pena pelo estudo e pela leitura, implementado, inicialmente, no Complexo Penitenciário de São Pedro de Alcântara em 2015. Aprovado, o documento foi padronizado pela Secretaria de Educação de Santa Catarina (SED) – sob consultoria da professora Dra. Janete Elenice Jorge (UFSC) e em parceria com a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania; assim, o projeto passou a se chamar *Despertar pela Leitura*.

O Projeto Despertar pela Leitura que tem como suporte os artigos 126, 127, 128 e 129 da Lei n. 7.210 de 11 de julho de 1984 e a Resolução n. 3 de 11 de março de 2009 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, entende a leitura como uma forma de reintegrar o infrator à sociedade e visa não somente a remição da pena, mas a promoção da educação, da cultura e da cidadania, promovendo o conhecimento, as capacidades cognitivas e o resgate da autoestima.

Por isso, o documento prescrito leva em consideração duas dimensões de educação dentro do sistema prisional, sendo a educação no sentido amplo “constituída por todas as relações humanas e sociais vividas pelo sujeito que se impregna de cultura e a ressignifica de acordo com o contexto e as condições de vida”; e no sentido mais restrito, como a educação escolar, que “é um tipo de educação formal, sistematizada, pautada em adquirir os conhecimentos básicos e universais construídos pela humanidade, esses conhecimentos são selecionados, classificados e recortados para compor os currículos escolares” (SANTA CATARINA, 2016, p. 1).

Regido pela Portaria n. 2 de 18 de dezembro de 2017 da Vara de Execuções Penais da Capital, o Projeto estreou no Complexo Penitenciário de Florianópolis no ano letivo de 2018 contemplando um total de 240 reeducandos(as) de diversos níveis de escolaridade e faixa-etárias.

Posto isto, este trabalho pretende realizar uma exposição bibliográfica sobre o Projeto Despertar pela Leitura, evidenciando suas contribuições no que tange à importância do ato de ler para os(as) reeducandos(as), o papel da biblioteca e do(a) bibliotecário(a) e a função do professor como orientador de leitura e sua prática metodológica; além disso, serão abordados para o embasamento teórico deste artigo os estudos do historiador francês Michel de Certeau, do educador brasileiro Paulo Freire, e das autoras e bibliotecárias Divina Aparecida da Silva e Iza Antunes Araújo, além da utilização de documentos que regem a prática educativa dentro dos espaços de privação de liberdade.

A importância da leitura para os(as) reeducandos(as)

Ler: uma operação de caça
(CERTEAU, 1998, p. 259).

Entendida como uma prática sociocultural, a leitura é um ato produtivo que mobiliza diversas particularidades do sujeito em uma dinâmica complexa e perene em consonância de sentidos e que contempla os processos sociais de apropriação cultural como forma indispensável para sua concepção. Assim, ao fomentar habilidades e competências, atitudes e valores sobre o texto, o leitor passa a ser um viajante, um caçador em propriedades alheias, um nômade de lugar nenhum, pois “seu lugar não é aqui ou lá, um ou outro, mas nem um nem outro [...] perdendo tanto um como o outro misturando-os, associando textos adormecidos mas que ele desperta e habita, não sendo nunca o seu proprietário” (CERTEAU, 1998, p. 270).

A leitura também pode ser compreendida como uma distinção social, principalmente quando se trata da sua realização em espaços de privação de liberdade. A legitimação do ato de ler para os(as) reeducandos(as) faz-se importante a medida em que se cria leitores em um local de sujeitos excluídos do seio acadêmico, e que, apesar de sua condição, não devem ser mantidos na ignorância e reféns da alienação.

Enriquecer o vocabulário, viajar, e conhecer novos lugares e ideias dentro da própria cela são alguns dos muitos prazeres que o livro propicia aos(as) reeducandos(as) que habitam o Complexo Penitenciário de Florianópolis.

A atividade leitora apresenta todos os traços de uma produção silenciosa: flutuação através da página, metamorfose do texto pelo olho que viaja, improvisação e expectativa de significados induzidos de certas palavras, intersecções de espaços escritos, dança efêmera. [...] Esta mutação torna o texto habitável, à maneira de um apartamento alugado. Ela transforma a propriedade do outro em lugar tomado de empréstimo, por alguns instantes, por um passante. Os locatários efetuam uma mudança semelhante no apartamento que mobiliam com seus gestos e recordações [...] (CERTEAU, 1998, p. 49).

Os(as) reeducandos(as) têm, através do Projeto Despertar pela Leitura, a oportunidade de conhecer títulos e autores que fora da penitenciária talvez não lhes despertasse a atenção, ou até mesmo o incentivo para o simples ato de ler, pois, segundo alguns relatos dos(as) próprios(as) alunos(as), muitos jamais tinham lido uma obra completa. Além disso, o acesso ao conhecimento exige deles(as) uma presença entusiasmada diante da leitura, pois requer uma ação transformadora sobre a sua própria realidade, demandando uma busca constante de invenção e reinvenção através da reflexão crítica de cada um sobre o ato de conhecer-se, “pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato” (FREIRE, 1983, p. 16).

O Projeto também busca, na prática, um método mais comunicativo, primando pela troca de experiências com os(as) reeducandos(as) trabalhando a linguagem através da leitura e da produção textual que os(as) leva a assumirem criticamente a função de sujeito do discurso, pois:

educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber”, até a “sede da ignorância” para “salvar”, com este saber, os que habitam nesta. Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (FREIRE, 1983, p. 15).

É inegável, portanto, afirmar que a leitura na vida de qualquer sujeito deve ser um período prático, comunicativo, prazeroso e libertador, pois é nela que todas as capacidades pré-desenvolvidas são testadas para o seu bom desenvolvimento na sociedade e de sua natureza para se relacionar com o outro dentro e fora do Complexo Penitenciário. Para isso, é importante levar em consideração que a capacidade de se comunicar é uma das mais importantes, pois no transcorrer da/ formação e (re)integração em sociedade, o(a) reeducando(a) se deparará com situações de comunicação complexas que envolvem a interpretação, a produção de textos e diálogos através de sua experiência e conhecimento. É por isso que se faz tão importante que os(as) alunos(as) apropriem-se dessas capacidades, formas de expressão, que as entendam e empreguem de maneira eficaz, que possam refletir sobre elas, precisando seu valor e efeito.

Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer. Por isto mesmo é que, no processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isto mesmo, reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido a situações existenciais concretas (FREIRE, 1983, p. 16).

É importante destacar que a apropriação do conhecimento dentro do espaço de privação de liberdade é obtida através de exercícios e do bom uso do tempo, advindas de experiências individuais e coletivas que levam o(a) aluno(a) à criticidade. Por isso, dentre os objetivos principais do Projeto está a preocupação para que os(as) reeducandos(as) ampliem sua capacidade de comunicação e avaliação de informações em diversos contextos através da leitura, e que seu desenvolvimento seja apropriado resultando em uma integração significativa. Uma aprendizagem baseada na comunicação faz com que os alunos tenham interesse em conhecer mais obras e gêneros literários, permitindo, através deles, seu desenvolvimento como pessoas dentro de uma sociedade, despertando a iniciativa para participar de diálogos de forma independente e sabendo defender suas opiniões e crenças, respeitando o ponto de vista dos demais e subtraindo o que lhe parece bom para a construção de sua própria opinião crítica e reflexiva.

Aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade (FREIRE, 1989, p. 7).

Sabendo que a leitura crítica, a compreensão e o conhecimento extraído de uma obra implica na percepção das relações entre texto e contexto (FREIRE, 1989), é importante destacar a opinião de uma das participantes do Projeto, cuja identidade será aqui preservada durante uma atividade realizada no presídio feminino: “A leitura tem uma grande importância em minha vida. Ela me auxilia na busca pelo conhecimento, respondendo minhas dúvidas sobre minha própria existência. É na leitura que encontro esse conforto e calma, trazendo sabedoria a esses anseios existenciais” (REEDUCANDA 1 - He)⁵.

A função do professor como orientador de leitura e sua prática metodológica

Segundo o documento do Projeto, a atividade principal dos participantes do projeto deve ser a leitura, ocupando a escrita (produção de resenha) um papel secundário. Nesse sentido, a

⁵ Comunicação pessoal da reeducanda He realizada em 13 de novembro de 2018.

função do professor é a de verificador de leitura e compreensão, uma espécie de norteador do trabalho pedagógico que direciona o olhar do reeducando para os pontos fundamentais do texto, introduz novos gêneros literários e aborda aspectos gramaticais para uma escrita satisfatória, sempre considerando os conhecimentos prévios do(a) reeducando(a).

É necessário salientar que o professor, antes de ser um orientador, deve ser um leitor competente e dar seu testemunho, já que "ensinar exige a corporeificação das palavras pelo exemplo" (FREIRE, 1996, p. 34).

Espera-se, portanto, que o docente seja um facilitador da aprendizagem, um guia para o enriquecimento, ampliação e aprofundamento dos conhecimentos dos(as) reeducandos(as), pois é necessário dar ao estudante a possibilidade de que o Projeto não seja apenas um trâmite pelo qual ele(a) precisa passar para conseguir a remição de sua pena, mas sim uma oportunidade de aprendizagem, reflexão e debate, fundamental para fixar os conhecimentos adquiridos pelo ato de ler e compreender.

O educador, como quem sabe, precisa reconhecer, primeiro, nos educandos em processo de saber mais, os sujeitos, com ele, deste processo e não pacientes acomodados; segundo, reconhecer que o conhecimento não é um dado aí, algo imobilizado, concluído, terminado, a ser transferido por quem o adquiriu a quem ainda não o possui (FREIRE, 1989, p.18).

Não é tarefa fácil proporcionar uma educação que desperte o interesse do/a estudante em privação de liberdade, já que essa tarefa exige profissionais qualificados e comprometidos, pois as atividades do Projeto, de modo geral, se apresentam de forma desafiadora para os professores que precisam manter acesa a chama do conhecimento e da motivação para mobilizar o aprendizado através da leitura e fazer o(a) reeducando(a) ir além do que se sabe. Assim, o professor deve levar em consideração que “a educação modela as almas e recria os corações, ela é a alavanca das mudanças sociais” (FREIRE, 1989, p.16).

Nesse sentido, algumas estratégias metodológicas foram implementadas de acordo com as orientações do Projeto e readaptadas conforme as legislações vigentes e orientações ministradas no *Curso para Equipes envolvidas na oferta de Educação em Prisões de Santa Catarina*, realizado pela Secretaria da Educação de Santa Catarina, no período de 17 a 19 de outubro de 2018, em Florianópolis-SC. Nesse curso, o Projeto foi discutido e reavaliado pelas equipes responsáveis pelo mesmo em suas unidades prisionais (incluindo os participantes do curso que trabalham de forma direta ou que indiretamente estão envolvidos no Projeto), e, a partir da discussão, o que possibilitou a elaboração de um documento coletivo, apontando as possibilidades de melhorias para que o Projeto se torne um programa com diretrizes e padronização estadual.

Conforme consta na Recomendação n. 44, de 26 de novembro de 2013, a qual “dispõe sobre as atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelece critérios para a admissão pela leitura”:

[...] o preso terá o prazo de 21 (vinte e um) a 30 (trinta) dias para leitura da obra, apresentando ao final do período resenha a respeito do assunto, possibilitando, segundo critério legal de avaliação, a remição de 4 (quatro) dias de sua pena e ao final de até 12 (doze) obras efetivamente lidas e avaliadas, a possibilidade de remir 48 (quarenta e oito) dias, no prazo de 12 (doze) meses, de acordo com a capacidade gerencial da unidade prisional; f) assegurar que a comissão organizadora do projeto analise, em prazo razoável, os trabalhos produzidos, observando aspectos relacionados a compreensão e compatibilidade do texto com o livro trabalhado. O resultado da avaliação deverá ser enviado, por ofício, ao Juiz de Execução penal competente, a fim de que este decida sobre o aproveitamento da leitura realizada, contabilizando-se 4 (quatro) dias de remição de pena para os que alcançarem os objetivos propostos (BRASIL, 2013, p. 4).

Para efetivação e aplicação do Projeto no Complexo Penitenciário de Florianópolis, onde em 2018 participavam 240 reeducandos, distribuídos nos setores do fechado (ala interna), COT (Centro de Observação e Triagem), presídio masculino e presídio feminino, as seguintes ações metodológicas foram planejadas e concretizadas pela equipe responsável no período de Agosto de Dezembro de 2018:

- 1) Elaboração de cronograma individual e semestral para cada setor onde o Projeto é desenvolvido, respeitando e intercalando as atividades já programadas e de rotina dos diversos setores (escola, saúde, visitas, audiências, pecúlio⁶, entre outros procedimentos internos) do complexo prisional.
- 2) Aplicação de diagnóstico individual aos participantes, contemplando escolaridade, nível e/ou dificuldades de leitura, preferências literárias, avaliação do Projeto até o momento e sugestões de melhorias. Mediante os relatos, foi possível reavaliar o Projeto com inserção de outros títulos e gêneros literários conforme o nível de letramento e de leitura de cada participante, assim como suas sugestões e preferências. Esta atividade foi possível com o apoio da biblioteca, assim como de novas doações de livros que foram promovidas pela equipe e recebidas no período.
- 3) Readaptação dos formulários de controle de obras lidas, como nova ficha de acompanhamento individual e novo modelo do documento de avaliação, assim como redistribuição das turmas por setor, para que cada turma não ultrapassasse a média sugerida pela SED-SC de 20 participantes e também a alteração da prova à caneta, conforme

⁶ Denomina-se pecúlio o saldo da remuneração do reeducando que é administrado pela unidade prisional.

orientações da Secretaria, uma vez que a mesma era realizada a lápis no atual complexo como em outras unidades prisionais do estado.

- 4) Outras atividades paralelas foram desenvolvidas durante o período, como orientações de escrita e rodas de conversa sobre gêneros literários, leitura e discussão de outros textos de apoio (incluindo resenhas, crônicas, contos, poesia, etc.), dicas de ortografia e gramática, feedbacks individuais a cada encontro (com devolutiva da avaliação anterior), atividades literárias, avaliação do Projeto, doação de alguns livros pela equipe para leitura de férias e sugestões de novos títulos à SED para aquisição e ampliação do atual acervo para o ano de 2019.

FIGURA 1 - Ficha individual de leitura (Frente)



ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA REGIONAL DA GRANDE FLORIANÓPOLIS
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - FLORIANÓPOLIS
UNIDADE DESCENTRALIZADA - COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE FLORIANÓPOLIS
RUA: DELMINDA DA SILVEIRA, 960, AGRONÔMICA, 88025-500

PROGRAMA "DESPERTAR PELA LEITURA" - FICHA INDIVIDUAL DE ACOMPANHAMENTO

Nome completo:			IPEN:
Local/Galeria/Cela:	Escolaridade:	Está estudando/trabalhando no momento? (Curso/Função):	
Como avalia seu nível de leitura? () Sem dificuldades () Um pouco de dificuldade () Bastante dificuldade Especifique:			
Preferências literárias:			

Registro das Obras lidas no ano de: _____

Título	Autor	Data recebimento:	Assinatura do aluno	Nota:
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				
6.				
7.				
8.				
9.				
10.				
11.				
12.				

FIGURA 2 - Ficha individual de leitura (Verso)

Observações individuais e/ou habilidades ou dificuldades apresentadas:

Professor(a) responsável: _____

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- O participante terá direito de ficar com o material cedido até o dia da prova, após a mesma o material será recolhido;
- É de RESPONSABILIDADE do participante, zelar pelo estado de conservação do livro. No ato da devolução, se o livro apresentar algum tipo de rasura ou danificação, o mesmo estará sujeito a sanções administrativas, bem como arcar com o ressarcimento do valor do livro.
- Em caso de transferências ou liberdade, o participante deverá deixar o livro com algum responsável/representante que faça a devida entrega aos professores/equipe do programa.
- O participante que não comparecer na data da prova, poderá recorrer à repescagem que ocorrerá em até 10 dias após o primeiro exame. Caso NÃO COMPAREÇA, nas duas datas, será excluído do programa e substituído por outro;
- O participante que realizar CÓPIA de outro e ou de trechos do livro e isso for considerado PLÁGIO, o mesmo responderá administrativamente FALTA GRAVE e responderá INCIDENTE DISCIPLINAR e excluído do Programa;
- Só é considerada FALTA JUSTIFICADA, atendimento médico realizado dentro ou fora da Unidade e ou caso de Audiência. Visita Social, Visita Íntima, e atendimento de advogado serão consideradas faltas e o participante poderá ser excluído do programa e substituído por outro.

Assinatura do aluno que está ciente das observações acima citadas: _____

Data: ____/____/____

Na avaliação do Projeto, foram muitos os feedbacks positivos em relação ao mesmo, como cita uma das participantes do presídio feminino em seu relato descritivo sobre o sentimento/aprendizado/crítica sobre a última obra lida ou sobre o livro que mais gostou de ler até o momento: “Então! Para mim todos os livros foram, muito importantes, pois nos dá o oportunidade de conhecimento literário, assim como também nos dá a oportunidade de remir nossos dias neste lugar. Obrigada por vocês nos darem essa oportunidade” (REEDUCANDA 2 - Je)⁷.

Cabe salientar que a equipe docente que atuou no Projeto no segundo semestre de 2018 foi composta por três professores de diferentes áreas das Letras, sendo Letras-Português, Letras-Inglês e Letras-Espanhol, e contaram com todo o apoio da biblioteca prisional e da atual gestão, coordenação e supervisão educacional tanto do complexo penitenciário quanto do CEJA em Florianópolis-SC.

Entre as sugestões de melhoria que a equipe sugere para o Projeto, algumas também discutidas e sugeridas no curso já mencionado, citam-se: revisão da carga horária por encontro, verificando a possibilidade de ampliação da mesma, sugerindo-se pelo menos 2 (duas) horas por encontro para cada turma; possibilidade de encontros noturnos em alguns setores, uma vez que as

⁷ Comunicação pessoal da reeducanda Je realizada em 14 de novembro de 2018.

atividades paralelas citadas anteriormente não puderam ser desenvolvidas em alguns setores pela carga horária disponível no momento; ampliação do número de participantes, incluindo os alunos que frequentam a escola e também os que já concluíram o Ensino Médio e não tem nenhuma atividade de remição; promover mais ações/parcerias para aquisições de novos títulos de acordo com o nível de leitura e preferências literárias dos participantes; iniciar o projeto no máximo no início de fevereiro, para que se tenha tempo hábil de cumprir com os 12 (doze) livros por ano, podendo ser a cada 21 (vinte e um) dias mediante cronograma antecipado; desenvolver atividades literárias complementares como café literário, concurso literário, varal literário, rodas de conversas com escritores/artistas locais, assim como registros de feedbacks dos participantes; verificar possibilidade de efetivação ou contrato renovado/prorrogação para os professores que já trabalham no projeto e/ou tem formações e experiências condizentes com a função.

Com relação a este último tópico, sugere-se que, no edital de concurso para ACT (Admissão de Caráter Temporário) referente às vagas do Projeto, haja a inclusão da formação docente em nível superior de todas as línguas e literaturas (Letras: Inglês, Espanhol, Francês, etc.), ampliando assim o repertório linguístico e cultural promovido pela literatura no âmbito não apenas local, mas mundial; da mesma forma, faz-se importante verificar a possibilidade de contratação efetiva de professores, bibliotecários e estagiários para serem aliados no Projeto e nas ações de promoção à leitura e educação.

O papel da biblioteca e do(a) bibliotecário(a) na prática pedagógica

Para compreender o papel da biblioteca e do bibliotecário no Projeto Despertar pela Leitura cabe abordar os seus principais objetivos e funções, bem como realizar uma breve explanação sobre a sua importância dentro do sistema prisional. De modo geral, uma biblioteca tem objetivos direcionados à informação, à cultura e aos usuários, sendo:

- Atender às necessidades reais da civilização moderna, no que diz respeito às informações;
- servir de instrumento e de difusão cultural;
- preservar os documentos e as informações neles contidas e possibilitar sua recuperação e divulgação em tempo hábil;
- atender a todos os usuários indistintamente e estar à disposição de todos;
- ensinar a cada usuário o que é necessário saber sobre livros e bibliotecas, visando a que ele possa se utilizar com vantagem das obras de referência e dos meios de pesquisa;
- fornecer informações precisas e confiáveis no momento exato em que sejam solicitadas;
- armazenar e recuperar informações de caráter geral ou específico e colocá-las à disposição dos usuários;

- promover e divulgar eventos culturais (SILVA; ARAÚJO, 2003, p. 25).

Ainda de acordo com os autores, uma biblioteca possui três principais funções: reunir, organizar e difundir (SILVA; ARAÚJO, 2003). A primeira função é a de reunir documentos para a biblioteca; a segunda é a de realizar a organização destes documentos; e a terceira é a de difundir os mesmos documentos, ou seja, disseminar as informações presentes na biblioteca para seus respectivos usuários.

Para que a biblioteca consiga alcançar seus objetivos e realizar suas principais funções, é necessária a efetiva participação de um profissional no seu cotidiano, pois “a biblioteca depende exclusivamente do bibliotecário” (MATTOS, 1977, p. 6) que irá cumprir as demandas pertinentes ao cargo, reunindo, organizando e difundindo as informações presentes na biblioteca onde atua.

O bibliotecário é o profissional da informação que cuida de toda logística que envolve o planejamento, a organização e a implantação de bibliotecas, centros de documentação e informação, sistemas de informação e acervos multimídias, e ainda da análise e processamento técnico de documentos variados (SILVA; ARAÚJO, 2003, p. 119).

Silva e Araújo (2003) também mencionam que a missão desse profissional é a de encontrar, analisar, ensinar e auxiliar o usuário a obter a informação desejada, e, além disso participar do processo de formação de leitores, que também é uma das missões de uma biblioteca, e contribuir “como um(a) agente ativo, realizando a disseminação da informação e o incentivo à leitura” (AMBRÓZIO, 2018, p. 26).

A biblioteca prisional, de modo geral, possui as mesmas funções e objetivos de uma biblioteca convencional, no entanto, é considerada especial pelo local em que está inserida e também pelo público que atende, pois visa promover o bem-estar, a humanização e a educação dos seus usuários (AMBRÓZIO, 2018).

[...] as bibliotecas prisionais além de proporcionar auxílio “psicológico e/ou emocional”, também proporcionam auxílio educacional, principalmente para aqueles (as) que estão concluindo os estudos durante o cumprimento da pena. Também presta suporte informacional aqueles (as) que estão privados (as) de liberdade, possibilitando a estes (as), conhecerem seus direitos como cidadãos/cidadãs e também como pessoas privadas de liberdade, além de proporcionar muita aprendizagem e conhecimentos sobre diferentes assuntos. E além disso, permite acesso aos livros e consequentemente a leitura, possibilitando a formação de novos (as) leitores (as) dentro das instituições penais (AMBRÓZIO, 2018, p. 34).

A LEP determina, em seu artigo n. 21, que cada estabelecimento penal deve possuir uma biblioteca “para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e

didáticos”. Assim, para exercer seu papel em um estabelecimento penal, é necessário que o bibliotecário possua algumas competências:

- Equilíbrio emocional;
- Postura dinâmica;
- Boa cultura geral;
- Capacidade de adaptação (ambiente prisional);
- Boa comunicação oral;
- Conhecimentos de línguas (depende do país e do contexto);
- Capacidade de liderança e de supervisão (trabalho com reclusos);
- Interesse em trabalhar com a diversidade cultural, étnica e linguística;
- Gosto em trabalhar na educação de adultos;
- Criatividade;
- Sensibilidade e atenção;
- Capacidade inventiva e de abstracção;
- Conhecimentos de Direito e de legislação penal (EIRAS, 2007, p. 5).

A biblioteca e o bibliotecário prisional auxiliam na prática pedagógica da remição da pena pela leitura nas instituições que estão inseridas, trabalhando em conjunto com os professores responsáveis por meio da disponibilização do acervo da biblioteca e da seleção dos livros a partir das indicações feitas pelos docentes, sempre atentando para o nível de escolaridade e preferências literárias dos(as) alunos(as).

Após essa escolha e seleção, as obras são transportadas pelos professores do Projeto até a sala de aula, com a ajuda de um agente penitenciário, e dispostas sobre uma mesa para que os (as) reeducandos(as) possam realizar o empréstimo. No caso do presídio feminino e masculino, os(as) alunos(as) têm maior liberdade de acesso ao(a) professor(a) e aos títulos, visto que não há grades entre eles(as), o que possibilita, assim, mais conforto e qualidade de tempo para folhear as páginas dos livros disponíveis.

O Projeto *Despertar pela Leitura* conta com o acervo da biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis que atualmente é a única ativa no local e contempla obras de diversos assuntos e gêneros literários que incluem filosofia, psicologia, religião, poesia, ficção, romance, contos, crônicas, literatura infanto-juvenil, história e geografia, totalizando 3.000 exemplares.

Para um primeiro momento, a quantidade de livros do acervo da biblioteca foi suficiente para suprir as necessidades do Projeto, mas, em dado momento, entrou em conflito com os demais empréstimos realizados para reeducandos da instituição que não fazem parte das atividades educacionais, considerando que nem todos os títulos podem ser disponibilizados devido às suas características de impressão (capa dura) e o assunto.

Desta forma, considera-se, como medida necessária para o bom desenvolvimento do Projeto, a ampliação do acervo da biblioteca por meio de aquisição e campanhas de doação de

livros, considerando, principalmente, as indicações sugeridas pelos professores e as preferências literárias dos alunos.

Considerações finais

O Projeto *Despertar pela Leitura*, como iniciativa do Governo do Estado de Santa Catarina, proporciona aos educadores, reeducandos(as) e profissionais da área da biblioteconomia a oportunidade de fomentarem a cultura por meio da leitura dentro do espaço de privação de liberdade e, além disso, busca contribuir para a humanização do sistema penitenciário e torna a prática pedagógica um modelo para os demais complexos do país.

Através do levantamento teórico e metodológico realizado neste trabalho, pode-se afirmar que a leitura no Complexo Penitenciário de Florianópolis realiza uma ação transformadora, libertadora e motivadora, já que prevê objetivos bastante claros, como a ressocialização do(a) reeducando(a). O ato de ler é, portanto, um instrumento de crescimento pessoal e, conseqüentemente, de crescimento social. Estimula, mesmo que dentro de uma cela pequena e desconfortável, a imaginação, o pensamento criativo, a consciência crítica para o mundo e para si, além de ser uma fonte inesgotável de prazer.

Diante das estratégias planejadas e implementadas, assim como dos relatos recebidos dos(as) reeducandos(as), foi possível construir de forma colaborativa ações e propostas que, ao longo do percurso, contribuíram de forma significativa para que o Projeto pudesse ter êxito, tanto na aceitação quanto no comprometimento em sua aplicação.

Referências

_____. *Extensão ou Comunicação?*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983 (O Mundo, Hoje, v. 24). Disponível em: <http://forumaja.org.br/files/Extensao_ou_Comunicacao1.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2019.

_____. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

AMBRÓZIO, Nikolly Domingos. *"Presos que menstruam": leitura e cidadania no Presídio Feminino de Florianópolis*. 2018. TCC (Graduação) - Curso de Biblioteconomia - Habilitação em Gestão da Informação, Departamento de Biblioteconomia, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

BRASIL. Presidência da República. *Lei N. 7.210*, de 11 de Julho de 1984. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm>. Acesso em: 16 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP. *Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos estabelecimentos penais*. Publicada no DOU de 25 de março de 2009 – Seção 1 – pp. 22-23. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10028-resolucao-3-2009-secadi&Itemid=30192>. Acesso em: 18 jan. 2019.

BRASIL. Presidência da República. *Lei N. 12.433*, de 29 de junho de 2011. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm>. Acesso em: 17 jan. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Recomendação no 44, de 26 de novembro de 2013. *Dispõe sobre atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelece critérios para a admissão pela leitura*. 5 p. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/atos_administrativos/recomendao-n44-26-11-2013-presidencia.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara De Educação Básica. *Diretrizes Operacionais Nacionais para a remição de pena pelo estudo de pessoas em privação de liberdade*. Resolução CNE/CEB 4/2016. Publicado no DOU de 11 de maio de 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=42991-rceb004-16-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 18 jan. 2019.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de Fazer*. 3 ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1998.

EIRAS, Bruno Duarte. *Uma janela para o mundo: bibliotecas e bibliotecários em meio prisional*. 2007, Ponta Delgada. Anais... Ponta Delgada: BAD, 2007. p. 7. Disponível em: <<http://www.apbad.pt/Downloads/congresso9/COM59.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam* / Paulo Freire. – São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 4).

LDB – Leis de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394. 1996.

MATTOS, Maria Antonia Ribas Pinke Belfort de. *Ética profissional do bibliotecário*. Campinas: [s.n.], 1977.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Diretoria da Rede de Gestão Estadual. Gerência de modalidades, programas e projetos educacionais. *Projeto Despertar pela Leitura*. (Org.) CARDENUTO, Heloisa Helena Reis. Florianópolis, 2016. Disponível em: <<http://sites.unisul.br/nesc/wp-content/uploads/2017/12/Projeto-Despertar-para-a-leitura.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania. *Plano estadual de educação em prisões (2016-2026): educação, prisão e liberdade, diálogos possíveis*. (Org.) CARDENUTO, Heloisa Helena Reis. Florianópolis: DIOESC, 2017a.

SANTA CATARINA. Poder Judiciário. Vara de Execuções Penais da Capital. *Portaria n.º 02 de 18 de dezembro de 2017*. Institui e disciplina atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo mediante a leitura. Florianópolis, 2017b. Disponível em: <<http://sites.unisul.br/nesc/wp-content/uploads/2017/12/Portaria-Remic%CC%A7a%CC%83o-pela-Leitura.doc.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

SILVA, Roberto. Por um política nacional de educação para os regimes de privação de liberdade no Brasil. In: LOURENÇO, Arlindo da Silva; ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano (Org.). *O espaço da prisão e suas práticas educativas: enfoques e perspectivas contemporâneas*. São Carlos: EduFSCar, 2011, p. 81-118.

SILVA, Divina Aparecida da; ARAÚJO, Iza Antunes. *Auxiliar de biblioteca: técnicas e práticas para a formação profissional*. 5. ed. Brasília: Thesaurus, 2003. 151p. Disponível em: <<https://archive.org/details/AuxiliarDeBibliotecaTecnicasPraticasParaFormaoProfissional2003Livro>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

VASQUEZ, Eliane Leal. Educação prisional no Brasil: discursos, práticas e culturas. In: LOURENÇO, Arlindo da Silva; ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano (Org.). *O espaço da prisão e suas práticas educativas: enfoques e perspectivas contemporâneas*. São Carlos: EduFSCar, 2011, p. 11-34.